



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

A Administração da Internexa Participações S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Internexa Participações é uma companhia de capital fechado que atua como *holding* nacional no segmento de telecomunicações no Brasil. A Companhia foi constituída em 21 de julho de 2008, desde então a Administração desenvolve estudos de viabilidade de negócios para atuar na área de telecomunicações no Brasil. Seu controle acionário pertence à Internexa S.A., uma companhia colombiana que atua na área de telecomunicações na Colômbia, Peru, Chile, Brasil e Argentina. A Internexa é controlada pelo Governo da Colômbia por meio da Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. ("ISA"). Em janeiro de 2010, a Companhia deu início à implementação de seu Projeto com a constituição da Companhia Internexa Brasil Operadora de Telecomunicação S.A., a ("Internexa

BALANÇOS PATRIMONIAIS

		Controladora		Consolidado	
		2020 01.01.2020		2020 01.01.2020	
		(reapre-sentado)		(reapre-sentado)	
Ativo	Notas	2021	2020	2021	2020
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3	49	16.767	5.225
Conta a receber	6	—	—	26.889	25.787
Impostos a recuperar	8	—	—	3.902	1.616
Adiantamento a fornecedores	7	—	—	15.719	6.992
Outros	3	1	—	413	390
	3	4	49	63.690	42.308
Não circulante					
Realizável de longo prazo					
Contas a receber	6	—	—	—	1.307
Adiantamentos a fornecedores	7	—	—	32.170	47.889
Impostos a recuperar	8	—	—	233	—
Depósito judicial	—	—	—	209	86
Outros	—	—	—	70	102
	9	27.951	35.355	53.384	—
Investimentos	10	—	—	—	97.086
Imobilizado	11	—	—	48.410	42.066
Ativo de direito de uso - Arrendamento	12	—	—	107.253	91.386
Intangível	27.051	35.355	53.384	252.749	224.766
	27.951	35.355	53.384	285.431	274.150
	27.954	35.359	53.433	349.121	316.458
Total do ativo					

		Controladora		Consolidado	
		2020 01.01.2020		2020 01.01.2020	
		(reapre-sentado)		(reapre-sentado)	
Ativo	Notas	2021	2020	2021	2020
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3	49	16.767	5.225
Conta a receber	6	—	—	26.889	25.787
Impostos a recuperar	8	—	—	3.902	1.616
Adiantamento a fornecedores	7	—	—	15.719	6.992
Outros	3	1	—	413	390
	3	4	49	63.690	42.308
Não circulante					
Realizável de longo prazo					
Contas a receber	6	—	—	—	1.307
Adiantamentos a fornecedores	7	—	—	32.170	47.889
Impostos a recuperar	8	—	—	233	—
Depósito judicial	—	—	—	209	86
Outros	—	—	—	70	102
	9	27.951	35.355	53.384	—
Investimentos	10	—	—	—	97.086
Imobilizado	11	—	—	48.410	42.066
Ativo de direito de uso - Arrendamento	12	—	—	107.253	91.386
Intangível	27.051	35.355	53.384	252.749	224.766
	27.951	35.355	53.384	285.431	274.150
	27.954	35.359	53.433	349.121	316.458
Total do ativo					

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
		2020 01.01.2020		2020 01.01.2020	
		(reapre-sentado)		(reapre-sentado)	
Ativo	Notas	2021	2020	2021	2020
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3	49	16.767	5.225
Conta a receber	6	—	—	26.889	25.787
Impostos a recuperar	8	—	—	3.902	1.616
Adiantamento a fornecedores	7	—	—	15.719	6.992
Outros	3	1	—	413	390
	3	4	49	63.690	42.308
Não circulante					
Realizável de longo prazo					
Contas a receber	6	—	—	—	1.307
Adiantamentos a fornecedores	7	—	—	32.170	47.889
Impostos a recuperar	8	—	—	233	—
Depósito judicial	—	—	—	209	86
Outros	—	—	—	70	102
	9	27.951	35.355	53.384	—
Investimentos	10	—	—	—	97.086
Imobilizado	11	—	—	48.410	42.066
Ativo de direito de uso - Arrendamento	12	—	—	107.253	91.386
Intangível	27.051	35.355	53.384	252.749	224.766
	27.951	35.355	53.384	285.431	274.150
	27.954	35.359	53.433	349.121	316.458
Total do ativo					

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
		2020 01.01.2020		2020 01.01.2020	
		(reapre-sentado)		(reapre-sentado)	
Ativo	Notas	2021	2020	2021	2020
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3	49	16.767	5.225
Conta a receber	6	—	—	26.889	25.787
Impostos a recuperar	8	—	—	3.902	1.616
Adiantamento a fornecedores	7	—	—	15.719	6.992
Outros	3	1	—	413	390
	3	4	49	63.690	42.308
Não circulante					
Realizável de longo prazo					
Contas a receber	6	—	—	—	1.307
Adiantamentos a fornecedores	7	—	—	32.170	47.889
Impostos a recuperar	8	—	—	233	—
Depósito judicial	—	—	—	209	86
Outros	—	—	—	70	102
	9	27.951	35.355	53.384	—
Investimentos	10	—	—	—	97.086
Imobilizado	11	—	—	48.410	42.066
Ativo de direito de uso - Arrendamento	12	—	—	107.253	91.386
Intangível	27.051	35.355	53.384	252.749	224.766
	27.951	35.355	53.384	285.431	274.150
	27.954	35.359	53.433	349.121	316.458
Total do ativo					

Brasil"), que em 2012 iniciou suas operações comerciais. Dando continuidade ao plano de expansão dos negócios no Brasil em outubro de 2013, por meio da Controlada ITX Capital Participações Ltda. ("ITX Capital"), empresa recém-constituída, foram adquiridas as empresas Nelson Quintas Investimentos Globais Ltda. ("NQIG"), Nelson Quintas de Telecomunicações Ltda. ("NQT") e a IPNET Serviços de Internet Ltda. ("IPNET"), empresas localizadas no estado do Rio de Janeiro que atuam no segmento de Telecomunicações e que tem como principal fonte de receita a prestação de serviços SCIM e de valor agregado (GIF). Em abril de 2014, como parte da estratégia de consolidação da marca INTERNEXA no Brasil, foram alteradas as razões sociais destas empresas conforme segue: NQT passa a operar como Internexa RJ Operadora de Telecomunicações Ltda. ("ITX Operadora"); a IPNET foi alterada para Internexa RJ SVA Ltda. ("ITX SVA"); e a holding NQIG para Internexa Investimentos Globais Ltda. ("ITX Investimentos). Em 2014 se concretizou a valiosa parceria com o International Finance Corporation ("IFC") e com o IFC GIF Brasil - Fundo de Investimento em Participações ("GIF"), que passaram a compor o quadro de acionistas da Companhia, contribuindo o processo de expansão do Grupo ISA na América Latina. Em maio de 2020, a Internexa S.A. adquiriu a totalidade das ações dos acionistas International Finance Corporation (IFC), IFC GIF Brasil - Fundo de Investimento e Fernando Augusto Rojas Pinto. 1.1. Impactos do COVID-19: Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020 da CVM, a Companhia analisou e não identificou alterações significativas na operação em função dos impactos decorrentes da COVID-19. Até o momento, não houve impacto relevante aos negócios que pudessem requerer alguma mensuração ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. A Companhia segue monitorando a evolução do quadro da pandemia e reavalia constantemente as medidas adotadas para garantir aderência das ações a cada momento desta nova realidade. 1.2. Situação econômica e financeira: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante consolidado negativo de R\$111.683 (R\$101.980 em 31 de dezembro de 2020) decorrente do volume de investimentos necessários projetos de aumento e melhoria da capacidade de entrega dos serviços. Em 31 de dezembro de 2021, parte do projeto encontra-se em desenvolvimento para atingir a condição de funcionamento na forma final, pretendida pela Administração. Eventuais necessidades de recursos para a continuidade operacional da Companhia serão mantidos por empresas do Grupo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, exceto quanto ao resultado do exercício. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de serviços. Em 16 de maio de 2022, as demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração. 2.2. Representação das demonstrações financeiras consolidadas de 2020: Estão sendo representadas, retrospectivamente, os saldos das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e 1 de janeiro de 2020, com base na aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, com o objetivo de refletir os adiantamentos efetuados a fornecedores para aquisição de direito de uso, considerando a exclusão dos efeitos da contabilização das variações cambiais sobre tais adiantamentos.

		2020		01.01.2020	
		Reapresentado		Reapresentado	
		Anterior		Anterior	
Ativo circulante					
Adiantamento a fornecedores		6.992	8.140	281	281
Ativo não circulante					
Adiantamento a fornecedores		47.889	56.283	32.052	33.084
		54.881	64.423	32.333	33.365
Resultado					
Reversão de V. Cambial Ativa		—	8.510	—	1.032
Prejuízo do exercício		(18.284)	(9.774)	(24.584)	(23.552)
DEC					
Prejuízo do exercício		(18.284)	(9.774)	(24.584)	(23.552)
Variações monetárias e cambiais		28.307	19.797	8.812	7.780

2.3. Continuidade operacional: A Administração e os Conselheiros da Companhia têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. 2.4. Declaração de relevância: A administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a orientação técnica OPCP 7, com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e conformadas às utilizadas na gestão do negócio. 2.5. Base de consolidação das demonstrações financeiras: As participações em controladas são:

Controlada	Quantidade de ações ordinárias	%	Total	%
Internexa Brasil Operadora de Telecomunicações S.A.	309.738	97,2792	309.738	97,2792
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras de todas as controladas nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. Controladas são todas as entidades (incluindo sociedades de propósito específico) em que a Companhia tem poder para governar as políticas financeiras e operacionais e detém, de modo geral, ações que representam mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são levados em consideração para determinar se a Companhia controla ou não outra entidade. As controladas são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição, que corresponde à data em que a Companhia obtém o controle, e excluídas da consolidação, quando aplicável, a partir da data em que esse controle é perdido. As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas na mesma base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as entidades do grupo, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas consolidadas são eliminados. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido. Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.				
2.6. Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.				
2.7. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados a menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.				
2.7.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.				
2.8. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:				
2.8.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ativo, é efetuada uma avaliação em cada data de relatório para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Se tal indicativo existir, a Administração estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável é feito anualmente em 31 de dezembro, ou quando as				

circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ativo esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ativo alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. 2.9. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. 2.9.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2021 não há indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, que não tenham sido registradas pela Companhia. 2.9.2. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis hierarquia das leis, as jurisprudências locais, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 2.9.3. Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nestas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para prováveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. 2.10. Apresentação das demonstrações financeiras: (a) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa: A Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes são avaliados o montante e as características de cada um dos recebíveis, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável. (b) Ativo imobilizado e intangível: O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão. Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do período. 2.11. Ativo imobilizado e intangível: A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. 3.2. Reconhecimento de receitas: As receitas apresentadas no consolidado correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela prestação de serviços realizadas no curso regular das atividades da Controlada, e estão sendo apresentadas líquidas dos tributos e descontos, incidentes sobre esses serviços. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos à Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia. As receitas são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratuais. As receitas não futuras entram a data do último faturamento até a data do balanço são reconhecidas no mês em que os serviços são prestados. As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (ISS) à tributação pelo Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Impostos sobre Comercialização de Mercadorias e Serviços (ICMS). As receitas são oriundas de serviços prestados nacionais e internacionais nas seguintes modalidades: • ITX CARRIER ETHERNET: é um tipo de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), no qual a Empresa realiza o transporte de informações sobre o protocolo mais popular no mercado no presente, permitindo que o cliente obtenha todas as vantagens de uma rede Ethernet como uma topologia adaptável à suas necessidades, largura de banda escalável e as condições de serviço exigidas pelo seu tráfego por meio de mecanismos padrão e políticas preestabelecidas para o serviço. • ITX IP ACCESS NG: é um serviço de comunicação que aproxima os conteúdos de Internet aos usuários finais, por meio de uma conexão à Internet associada a um esquema de múltiplas conexões a múltiplos endereços de conteúdos de Internet, incluindo distribuição de conteúdo na região Sul-americana. • DATA CENTER: este serviço, também conhecido como "Collocation", consiste na disponibilização do espaço físico e de toda a infraestrutura necessária para que terceiros instalem seus servidores no Data Center da Companhia "DATA CENTER HELP DESK" (literalmente "balcão de ajuda") é um serviço de apoio a usuários, oferecido pela Companhia, para suporte e resolução de problemas técnicos que tenham relação com hardware, software e/ou requerimentos de serviço em matéria de tecnologia da informação. • ANTIDOTOS: Proteção Distribuída - Firewall - A proteção Anti DDOS prestada pela Companhia é baseada na instalação de um sistema composto pelo Arbor Security Provider, que monitora constantemente o tráfego que atravessa a rede da Companhia e pelo Arbor Threat Management System, que analisa em detalhe os pacotes para descartar aqueles que contêm conteúdo malicioso. • CROSSCONEXÃO: conexão física através de cabo UTP ou fibra ótica de um equipamento a outro, dentro das data centers da Companhia. • INSTALAÇÃO: conjunto de atividades destinadas à implementação do sistema de telecomunicação, sendo que tais atividades são: i) elaboração de projeto; ii) gerenciamento de todo processo; e iii) instalação de ativo para conexão do cliente. • REMONTE HANDS: é um serviço remoto de suporte e resolução de problemas técnicos que tenham relação com hardware, software e/ou requerimentos de serviço em matéria de tecnologia da informação. 3.3. Imposto de renda e contribuição social: Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais em suas respectivas jurisdições. Os créditos e perdas tributários não utilizados passam por utilização, exceto, quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido

Internexa Participações S.A.

Companhia Fechada - CNPJ/MF 10.355.773/0001-44



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de Dezembro de 2021 e 2020

—> continuação

o não consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia:

Vida útil	Método de amortização utilizado	Gerados internamente ou adquiridos
Licenças	Definida (60 meses)	Amortização linear ao longo do prazo da licença
Software	Definida (60 meses)	Amortização linear ao longo do prazo do Adquiridos Software
Direitos	Definida (240 meses)	Cessão de direitos
Carteira de clientes	Definida (158 meses)	Amortização linear ao longo da expectativa de manutenção da carteira de clientes
Contrato CERJ Ampla	Definida (158 meses)	Adquiridos Amortização linear ao longo do contrato CERJ Ampla Adquiridos
Mais-Valia do ativo	Definida (149 meses)	Amortização linear ao longo da vida útil dos Ativos Adquiridos

O ágio ("goodwill") é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar por uma entidade adquirida e seu acervo líquido na data da aquisição. Tal acervo é representado pela diferença entre o valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. Se a adquirente apurar deságio (diferença negativa entre o valor pago ou a pagar pela adquirida e seu acervo líquido) deverá registrar este montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio não é amortizado, mas sim testado anualmente para verificar prováveis perdas ("impairment") em seu valor. O registro contábil do ágio é feito pelo seu valor de custo menos estas perdas (se existirem). Para fins do teste redução ao valor recuperável de ativos ("impairment"), o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"). A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que se beneficiam da combinação de negócios da qual o ágio se originou. Os ganhos e as perdas apurados na alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

3.9. Perda por valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital. O valor justo menos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: • Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, caso as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **3.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, as despesas e os custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realizados nas linhas de despesas e receitas financeiras na demonstração do resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **3.13. Demonstrações dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.14. Arrendamentos:**

a) A Companhia como arrendatária: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Arrendatário: A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Arrendamento em espaço de propriedades: 3 a 9 anos. • Arrendamento em espaço em torres de telecomunicações: 3 a 9 anos. • Arrendamento em fibra óptica: 2,6 a 23 anos. • Arrendamento Racks e Collocation: 2 a 4 anos. • Arrendamento equipamentos: 1 a 3 anos. **b) A Companhia como arrendatária: Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Também se aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 11 - Contratos de Seguro			
CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação CPC 48 - Instrumentos Financeiros CPC 06 (R2) - Arrendamentos CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2	IFRS 4 IFRS 7 IFRS 9 IFRS 16 IAS 39	01.01.2021
CPC 06 (R2)	Impacto da aplicação inicial da alteração à IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19.	IFRS 16	01.01.2021

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Nova norma	IFRS 17	01.01.2023
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	01.01.2023
CPC 15 (R1) - Combinação de negócios	Referência à Estrutura Conceitual	IFRS 3	01.01.2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	IAS 16	01.01.2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	IAS 37	01.01.2022
CPC 27 (R1) - Ativo Imobilizado			
CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41 CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	IFRS 1 IFRS 9 IFRS 16 IAS 41	01.01.2022
CPC 06 (R2) - Arrendamentos			
CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola			
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction")	IAS 12	01.01.2023

• CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de Seguros. • CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (classificação de passivos como circulante ou não circulante). Exceto pelo pronunciamento IFRS 17 - Contratos de Seguros, norma ainda não emitida no Brasil, que tem como objetivo geral fornecer um modelo aplicável para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras, não sendo aplicável à Companhia, a Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos demais pronunciamentos destacados acima.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado	Controladora
	2021	2020
	%CDI	2021 2020
Caixa e Bancos	—	— 3 1.004 581
Aplicações financeiras	98% a 100%	— 15.763 6.942
		— 3 16.767 7.523

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com rentabilidade média de 98% a 100%; da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), designado ao valor justo contra o resultado, com prazos de vencimento variáveis, porém, resgatáveis a qualquer momento com o emissor, sem perda significativa de valor.

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	Controladora
	2021	2020
Contas a receber de clientes	34.667	36.077
Partes relacionadas a receber (Nota 25)	9.258	7.626
	43.925	43.703
(-) Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa	(17.036)	(16.609)
	26.889	27.094
Circulante	26.889	25.787
Não circulante	—	1.307

As contas a receber por vencimento estão assim apresentadas:

	Consolidado	Controladora
	2021	2020
A vencer Vencidas	14.476	14.949
De 01 a 30 dias	1.963	3.070
De 31 a 60 dias	1.379	2.342
De 61 a 180 dias	3.681	4.372
Mais de 181 dias	22.425	18.970
	43.925	43.703

A movimentação da Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PPECLD) é como segue:

	2021	2020
Saldo em 2019	(17.214)	605
Reversões (Nota 21)	(16.609)	—
Saldo em 2020	(427)	—
Reversões (Nota 21)	(17.036)	—
Saldo em 2021	—	—

7. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	Consolidado	Controladora
	2021	2020
Adiantamento a fornecedor	47.889	54.881
Variação cambial	—	—
	47.889	54.881
Circulante	15.719	6.992
Não circulante	32.170	47.889

A Companhia adquiriu junto ao fornecedor Telxius direito irrevogável de uso de frações de pares de fibra óptica escura. O contrato prevê entregas parciais de capacidades de uso ("pacotes") no período entre os anos 2021 e 2024. Para ter acesso a esses pacotes a Companhia, conforme determinado em contrato, efetuou adiantamentos anuais a partir do exercício de 2018 não ocorreram adiantamentos no exercício de 2021 (R\$22.388 em 2020). A Companhia possui a obrigação contratual remanescente de pagar o montante de US\$24.396, correspondente a R\$139.155 a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2021, que serão pagos no ano de entrega de cada pacote, sendo que a entrega do quarto pacote ocorreu em 15 janeiro de 2021.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2021	2020
ICMS a recuperar (a)	233	1.124
Imposto de renda retido na fonte	84	136
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	785	—
PIS e COFINS s/exclusão ICMS da base (b)	2.490	—
Outros	543	356
	4.135	1.616
	3.902	1.616
	233	—

Circulante

Não circulante

(a) Refere-se a créditos de ICMS oriundos de períodos anteriores, com previsão de aproveitamento futuro. (b) Em 11 de março de 2021 ocorreu a sentença transitada em julgado relativa ao reconhecimento da exclusão do valor do ICMS destacado em nota fiscal e do direito ao crédito dos 5 anos anteriores a propositura da ação. A RFB homologou o crédito de R\$7.557 em junho de 2021, desde então a Companhia vem realizando o aproveitamento via compensação, tendo utilizado o montante de 3.840.

9. INVESTIMENTOS NA CONTROLADORA

	Internexa Brasil
Saldo do investimento em 2019	53.384
Resultado de equivalência patrimonial	(18.029)
Saldo do investimento em 2020	35.355
Efeito decorrente da mudança no % de participação (a)	7.465
Resultado de equivalência patrimonial	(14.869)
Saldo do investimento em 2021	27.951

(a) Em 29 de dezembro de 2021, a Internexa Peru S.A. adquiriu 2,72% de participação na Internexa Brasil Operadora de Telecomunicação S.A., com o aumento de capital social no montante de R\$8.662, por meio da conversão do saldo de mútuo no mesmo montante, resultando em um efeito decorrente da redução da participação da Internexa Participações S.A. de R\$7.465.

	2021	2020
Informações da controlada direta:		
Quantidade de ações/quotas	310.038.919	310.038.919
Patrimônio líquido da Controlada	28.733	35.355
Percentual de participação na investida	97,2792%	99,9999%
Total do investimento	27.951	35.355

	Consolidado	
	2021	2020
	Depreciação acumulada	Líquido
	Custo	Líquido
	depreciação	Taxas

Em serviço:					
Equipamentos e rede de telecomunicações	33.816	(15.058)	18.758	17.719	20%
Equipamentos de telecomunicações					
(enlaces nacionais - Backbone terrestre)	190.733	(122.851)	67.882	55.128	10%
Equipamentos de informática	1.544	(1.173)	371	323	20%
Veículos, máquinas e equipamentos	1.254	(179)	1.075	9	20%
Móveis e utensílios	4.721	(2.649)	2.070	2.514	10%
	232.066	(141.910)	90.156	75.693	

Em curso:					
Equipamentos e rede de telecomunicações	6.930	—	6.930	15.621	
	238.996	(141.910)	97.086	91.314	

Não houve alteração nas vidas úteis estimadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A movimentação do ativo imobilizado em serviço e em curso é como segue:

	Saldos em 2020	Adições	Depreciação	Transferências (*)	Saldos em 2021
Em serviço:					
Equipamentos e rede de telecomunicações	17.719	641	(1.145)	1.543	17.719
Equipamentos e rede de telecomunicações					
(enlaces nacionais - Backbone terrestre)	55.128	15.790	(11.939)	8.901	55.129
Equipamentos de informática	323	92	(108)	64	323
Veículos, máquinas e equipamentos	9	1.192	(126)	—	9
Móveis e utensílios	2.514	—	(442)	—	2.514
	75.693	17.715	(13.760)	10.508	75.694

Em curso:					
Equipamentos e rede de telecomunicações	15.621	4.559	—	(13.250)	15.621
	91.314	22.274	(13.760)	(2.742)	91.315

(*) Este saldo encontra-se conciliado com o saldo de transferências da nota 12 - Intangível

11. ATIVO DE DIREITO DE USO - ARRENDAMENTO

	Amortização	2021	2020	Amortização
	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
				anual %
Em serviço em 2020				
Arrendamento em propriedades	9.934	(4.173)	5.992	6.138
Arrendamento em torres telecomunicação	33.757	(12.532)	21.237	22.429
Arrendamento de fibra ótica	23.205	(10.792)	14.073	8.221
Arrendamento de datacenter	13.100	(10.255)	6.794	4.697
Arrendamento de equipamentos	802	(488)	314	581
	80.798	(38.240)	48.410	42.066
	Saldos em 2020	Adições	Amortização	Baixas
	6.138	1.616	(1.626)	(136)
	22.429	3.547	(4.738)	—
	8.221	10.403	(4.371)	(180)
	4.697	9.478	(4.719)	(2.662)
	581	—	(267)	—
	42.066	25.043	(15.721)	(2.978)

Em serviço:					
Arrendamento em propriedades	6.138	1.616	(1.626)	(136)	5.992
Arrendamento em torres telecomunicação	22.429	3.547	(4.738)	—	21.237
Arrendamento de fibra ótica	8.221	10.403	(4.371)	(180)	14.073
Arrendamento em racks e collocation	4.697	9.478	(4.719)	(2.662)	6.074
Arrendamento de equipamentos	581	—	(267)	—	314
	42.066	25.043	(15.721)	(2.978)	48.410

12. INTANGÍVEL

	Custo	2021 Amortização acumulada	Líquido	2020 Líquido	anuais de amortização %
Em serviço:					
Licença	2.717	(1.484)	1.233	640	20%
Software	1.795	(1.699)	96	—	20%
Cessão de direito	37.452	(17.499)	19.953	13.633	8%
Carteira de clientes (a)	29.390	(22.187)	7.203	8.184	5%
Contrato Cerj Ampla (a)	40.386	(23.200)	17.186	17.186	8%
Direito de uso - Equipamentos	12.806	(4.884)	7.922	14.701	10%
Direito de uso - Cabo/Fibra	62.691	(16.455)	46.236	26.221	7%
Ágio sobre investimento (b)	58.486	(51.062)	7.424	7.424	
	245.723	(138.470)	107.253	91.386	

Não houve alteração nas vidas úteis estimadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A movimentação do ativo intangível em serviço é como segue:

	Saldos em 2020	Adições	Transferências (*)	Amortização	Baixa	Saldos em 2021
Licenças	640	491	859	(758)	—	1.233
Software	—	119	—	(23)	—	96
Cessão de direitos	13.133	—	9.086	(2.266)	—	19.953
Carteira de clientes (a)	8.644	—	(1.441)	—	—	7.203
Contrato Cerj Ampla (a)	20.623	—	(3.437)	—	—	17.186
Direito de uso - Equipamentos	26.221	22.335	928	(3.247)	—	46.237
Direito de uso - Cabo/Fibra	14.701	2.508	(8.131)	(1.157)	—	7.921
Ágio sobre investimentos (b)	7.424	—	—	—	—	7.424
	91.386	25.453	2.742	(12.329)	—	107.202

(*) Este saldo encontra-se conciliado com o saldo de transferências da nota 10 - Imobilizado. (a) Ativos adquiridos pela incorporação da empresa ITX Capital. Refere-se aos ativos intangíveis identificados na aquisição das empresas NOT e IPNET, reconhecidos pela incorporada ITX Capital na época. (b) Valor de ágio registrado pela incorporação da ITX Capital S.A. aprovada em 31 de março de 2015, com os efeitos da redução ao valor recuperável de ativos ("impairment") ocorrida em 2019. A Administração da Companhia efetuou a análise de "impairment" no exercício de 2020, relativo ao ágio, e constatou que não foi necessário reconhecer uma perda para o montante registrado, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	2020	2021
Ágio na aquisição da NQIG/IPNET/NOT	58.486	58.486
(-) Perda por desvalorização	(51.062)	(51.062



Internexa Participações S.A.

Companhia Fechada - CNPJ/MF 10.355.773 /0001-44

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de Dezembro de 2021 e 2020

→☆ continuação

22. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas Financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	365	310
Juros recebidos	-	-	949	299
Variação monetária sobre créditos tributários	-	-	1.407	-
Descontos obtidos	-	-	-	34
Variação cambial realizada	-	-	1.616	2.315
Variação cambial não realizada (a)	-	-	531	7.989
Outras receitas	-	-	79	59
	-	-	4.947	11.006
Despesas financeiras	(24)	(10)	(13.589)	(11.112)
Juros sobre empréstimos:				
IOF	-	-	(383)	(13)
Juros e multa	-	(5)	(1.032)	(1.838)
Variação cambial realizada	-	-	(667)	(7.215)
Juros de arrendamento (Nota 15)	-	-	(4.112)	(3.956)
Variação cambial não realizada (b)	-	-	(4.057)	(12.318)
Outras	(1)	(1)	(1.749)	(837)
	(25)	(16)	(25.589)	(37.289)
	(25)	(16)	(20.642)	(26.283)

(a) Variações em decorrência do contrato com a Telxius e clientes em moeda estrangeira. (b) Variações em decorrência de empréstimos bancários e partes relacionadas e fornecedores em moeda estrangeira.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calcula e provisiona a parcela para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência, todavia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou prejuízo antes do imposto no montante de R\$17.350 (prejuízo de R\$20.336 em 2020), e apurou base negativa para imposto de renda e contribuição social no período. (a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos é assim apresentada:

	Consolidado	
	2021	2020
Base do diferido (a)	35.464	40.856
IRPJ/CSLL diferidos:		
IR/CS diferido - Carteira de clientes	2.449	2.939
IR/CS diferido - Contrato Ampla	5.843	7.012
IR/CS diferido - Mais-Valia	1.242	1.416
IR/CS diferido - Ágio fiscal	2.524	2.524
	12.058	13.891
	34%	34%

Taxa nominal
(a) O saldo acima é composto principalmente pelos saldos calculados sobre os valores de Mais-Valia registrados quando da combinação de negócios das empresas NQT e IPNET. (b) Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal. A tabela a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado, e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) em 31 de dezembro de 2021 e em 2020:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.102)	(18.284)	(17.350)	(20.336)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	(5.135)	(6.216)	(5.899)	(6.914)

Demonstrativo da origem da despesa de imposto de renda e contribuição social efetivos:

Adições permanentes	-	-	278	1.024
Equivalência patrimonial	5.055	6.129	-	-
Benefício fiscal sobre prejuízo e base negativa não constituído	80	87	3.788	3.838
Imposto de renda e da contribuição social reconciliada (corrente e diferido)	-	-	1.833	2.052

A Companhia possui saldo acumulado de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, de R\$8.859 em 2021 (R\$8.554 em 2020). No contexto das principais variáveis de seus negócios, não foram registrados saldos de impostos diferidos derivados de tal prejuízo fiscal e base negativa acumulados (diferido ativo), uma vez que as estimativas de recuperação dos créditos tributários, baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, estão sujeitas a não se concretizarem tendo em vista as incertezas existentes.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controladora	Natureza da operação	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Partes relacionadas		Pas-Ativo	Pas-sivo	Pas-Ativo	Pas-sivo
Cia. Transmissão Energia Elétrica Paulista	Fornecedores	-	-	-	397
	Contas a receber	-	-	-	35
	Contas a receber Transamerican	-	-	-	7.182
Telecommunication S.A.	Fornecedores	-	-	-	5.049
	Empréstimo Nota 15)	-	818	-	541
	Contas a receber	-	-	-	1.464
Internexa Brasil Operadora de Telecomunicações S.A.	Fornecedores	-	-	-	1.972
	Contas a receber	-	-	-	35
Internexa Chile S.A.	Fornecedores	-	-	-	1.026
Internexa Peru S.A.	Empréstimo Nota 15)	-	-	-	16.842
Internexa S.A.	Contas a receber	-	-	-	534
Internexa S.A.	Fornecedores	-	-	-	1.607
Internexa S.A.	Empréstimo Nota 15)	-	-	-	35.756
Internexa S.A.	Fornecedores	-	-	-	1.187
		818	541	9.257	63.836
				7.626	42.593

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jaime Alberto de Jesus Pelaez Presidente	Diego Andrés Vélez Jaramillo Conselheiro	Ana Maria Franco Calderon Conselheira	Arbey Gomez Urbano Conselheiro	Roseli Teganí Diretora Presidente	Diego Gabriel Nagy Diretor Operações Digitais	Paulo Rogerio Magri CRC: 1SP181645/O-5
---	---	--	-----------------------------------	--------------------------------------	--	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores da Internexa Participações S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Internexa Participações S.A. ("Empresa"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Internexa Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes reapresentação para exclusão dos efeitos de variação cambial sobre adiantamentos a fornecedores descritos na nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 28 de maio de 2021. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2021, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 2020. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2020, e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de

asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2020 tomadas em conjunto. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, o que não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião

DIRETORIA

Arbey Gomez Urbano Conselheiro	Roseli Teganí Diretora Presidente
-----------------------------------	--------------------------------------

CONTADOR

Diego Gabriel Nagy Diretor Operações Digitais	Paulo Rogerio Magri CRC: 1SP181645/O-5
--	---

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)
cotação das taxas de juros (CDI Over e LIBOR 6 meses), informadas no quadro a seguir. Sobre essas taxas, foram aplicadas variações positivas e negativas de 25% e 50%.
Risco de juros - efeito no fluxo de caixa da Companhia

Operação	Risco	Saldo em		Risco de elevação		Risco de queda	
		31/12/2021	Cenário Base	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	98% a 100% CDI	15.763	1.428	1.785	2.142	1.071	714
		15.763	1.428	1.785	2.142	1.071	714
Passivos Financeiros							
Banco Itaú S.A.	CDI + 3,28% a.a.	32.367	4.120	4.885	5.650	3.356	2.591
Banco Safra	CDI + 2,30% a.a.	10.055	1.172	1.408	1.643	937	702
Banco Safra	CDI + 2,50% a.a.	12.181	1.447	1.733	2.018	1.161	876
Banco Safra	CDI + 4,59% a.a.	4.022	570	666	762	473	377
Santander	CDI + 4,50% a.a.	11.595	1.630	1.908	2.185	1.353	1.076
Banco ABC	CDI + 3,91% a.a.	5.950	798	940	1.081	657	516
Banco ABC	CDI + 3,41% a.a.	9.816	1.264	1.496	1.728	1.031	799
Banco ABC	CDI + 3,90% a.a.	5.540	743	874	1.006	611	479
Banco CCB	CDI + 4,28% a.a.	30.103	4.161	4.879	5.597	3.443	2.725
Banco CCB	CDI + 4,28% a.a.	20.181	2.789	3.271	3.752	2.308	1.827
Banco BOCOM	CDI + 3,10% a.a.	7.933	994	1.181	1.368	807	620
Internexa S.A.	LIBOR + 3,50% a.a.	26.498	1.020	1.044	1.067	997	974
Internexa S.A.	LIBOR + 2,77% a.a.	9.258	289	297	305	281	273
Internexa Peru	LIBOR + 2,77% a.a.	16.842	525	540	554	510	496
		202.341	21.522	25.122	28.716	17.925	14.331
		(20.094)	(23.337)	(26.574)	(16.854)	(13.617)	

Efeito líquido da variação
Referência para ativos e passivos financeiros
CDI over (31/12/2022) 9,15% 11,44% 13,73% 6,86% 4,58%
LIBOR 6 meses (31/12/2022) 0,34% 0,42% 0,51% 0,25% 0,17%
Risco de Liquidez: A Companhia é remunerada pela administração e comercialização de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Companhia faz gestão de eventuais alterações no cronograma que possam impactar os recebimentos: São três suportes externos que sustentam a posição da Companhia: i) A carta de going concern assinada pela Matriz Inernexa S.A. - Colombia; ii) Renegociação das dívidas com os bancos. iii) Renegociação dos pacotes de Cabo submarino com a empresa Telxius que foram negociados e serão quitados pelas subsidiárias Inernexa Chile e Internexa Peru, e demais paquestes estão em renegociação. iv) Capitalização dos empréstimos intercompany em maio/2022.

Risco de liquidez

	Consolidado	
	2021	2020
Passivos Financeiros		
Fornecedores	4.418	18.109
Fornecedores Intercompany	-	11.238
Empréstimos e Financiamentos	-	11.100
Empréstimos Intercompany	-	51.654
Arrendamento	-	4.057

26. SEGUROS

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais e responsabilidade civil. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses estão cobertos por seguros e os respectivos montantes e vigências são demonstrados a seguir:

Seguradora	Modalidade	Vigência	Consolidado	
			Importância segurada (R\$)	Prêmio (R\$)
Zurich	Riscos diversos (cibernético)	28/02/2022	162.935	834
Chubb	Riscos diversos (equipamentos)	14/04/2022	75.136	107
Zurich	Riscos diversos (fraudes)	30/11/2022	5.228	61
Fairfax	Responsabilidade Civil Geral	16/01/2023	5.000	21
Zurich	Responsabilidade Civil D&O	27/02/2022	6.680	12
Porto Seguro	Locatício (SP)	31/01/2024	346	82
Porto Seguro	Locatício (RJ)	12/06/2022	3.051	2
Porto Seguro	Locatício (RS)	12/06/2022	72	5
			1.124	

(*) Em processo de renovação. As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. Na data de divulgação das Demonstrações Financeiras, os seguros se encontram em processo de renovação.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Renegociação: A Companhia e a Telxius Cable Brasil Ltda. celebraram a quitação do contrato de direito de uso de frações do pacote 3. b) Capitalização: Os empréstimos com a Internexa S.A (Colombia) no valor de R\$33.323 (trinta e três milhões, trezentos vinte e três mil) e o empréstimo com Internexa Peru no valor de R\$15.401(quinze milhões, quatrocentos e um mil) foram integralizados.

São Paulo, 19 de maio de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte

